

**Notas e informações**

Linda Ext

# A cúpula para os endividados

O presidente François Mitterrand declarou-se disposto a convocar os países pobres e ricos para uma nova conferência sobre a questão da dívida externa, mas logo esclareceu que só tomaria essa iniciativa se estivesse convencido de que o encontro teria êxito. A ressalva feita tem, naturalmente, grande peso, mas não há dúvida de que o impasse atual não poderá perpetuar-se indefinidamente e que, mais cedo ou mais tarde, será necessário encontrar, para o problema da dívida externa, uma solução que envolva o engajamento dos governos dos países a que pertencem os bancos credores. Não se pode esperar dos bancos a solução do problema e, quanto ao FMI, só poderia resolvê-lo se suas regras fossem mudadas pelos principais países acionistas.

Ao referir-se a uma "nova" conferência, o presidente Mitterrand pensava, sem dúvida, na conferência de 1981, realizada em Cancún, que não foi além do plano das boas declarações, sem ter produzido efeito prático sobre a situação que se criara no mesmo ano. A verdade é que se os Estados Unidos da América não se dispuserem a discutir, com franqueza, o problema da dívida externa e se negarem a participar, com outros países do chamado Primeiro Mundo, de um esforço em prol da salvação dos países endividados, a conferência não produzirá bom resultado. Não se poderia, contudo, acusar o presidente François Mitterrand de hipocrisia, isto é, imaginar que se estaria mostrando generoso por saber que não há nenhuma esperança de que tal reunião possa obter êxito. De fato, há, por um lado, um sério problema, mas, por outro, nota-se, da parte dos Estados Unidos, um início de mudança de atitude. Além disso, se se decidisse, hoje, executar um novo Plano Marshall, este não ficaria a cargo unicamente do governo de Washington.

Desde que se declarou a crise, o FMI atuou da única maneira possível, visando a impedir a implosão do sistema monetário internacional. Com isso, sem dúvida, salvou os bancos norte-americanos; é preciso

reconhecer, no entanto, que o abalo de algumas dessas instituições provocaria grave crise financeira e econômica no Ocidente, tendo-se em conta a interdependência das instituições financeiras privadas. O Tesouro dos Estados Unidos e o Banco dos Pagamentos Internacionais, concedendo empréstimos-ponte, deram grande contribuição para afastar o pior.

Impõe-se ver, por outro lado, que os países endividados não podem ficar eternamente nessa situação, tampouco ver-se condenados, exatamente por ser países pobres, a cada ano transferir suas parcas riquezas aos países ricos. A crise de 1982 teve sua origem com certeza na imprudência das instituições financeiras, que reciclaram com certa volúpia os petrodólares que lhe haviam sido confiados pelos membros da Opep. Agravou-se pelo fato de os devedores nem sempre terem feito bom uso desses enormes recursos que lhes foram emprestados. Não se pode negar, contudo, que a crise se tornou insuportável diante da escalada das taxas de juro, provocada por uma política pouco ortodoxa da parte do país que emitia a moeda internacional, vale dizer a política do governo dos Estados Unidos provocada por seu elevado déficit público.

Hoje, verifica-se que os países devedores, que aceitaram entrar num sério programa de ajustamento, atingiram situações-limite no plano econômico e social que não podem ser ultrapassadas mesmo que nem sempre tenham feito tudo o que deveriam ter feito. Assim, é preciso encontrar fórmulas novas. Não são apenas os países endividados que o afirmam; como se verificou na Conferência de Seul, homens considerados como os líderes da ortodoxia implicitamente reconhecem a necessidade de mudança. O diretor-gerente do FMI, sr. Jacques de Larosière, em seu discurso de encerramento da 40ª Assembléia Anual do FMI, mostrou que ajustamento, crescimento e aporte de novos recursos são três condições inseparáveis para o êxito da política de saneamento das finanças dos países devedo-

res. O secretário do Tesouro norte-americano fez um apelo aos bancos credores para que aumentem seus empréstimos aos devedores, o que até agora era considerado pelo governo de Washington como uma atitude irresponsável, uma heresia.

Cabe ver, porém, que esse apelo do secretário James Baker não foi acompanhado pela oferta de uma contrapartida de auxílio da parte do governo norte-americano aos bancos. Aumentar o endividamento de países que têm poucas oportunidades de amortizar sua dívida — aumento esse que pode ser feito sob a forma de *new money* ou de capitalização total ou parcial de juros — não é uma decisão que os bancos privados possam tomar sem ter a certeza de poder contar, em caso de dificuldades, com a proteção das suas autoridades monetárias. Do mesmo modo, dificilmente podemos imaginar como os bancos — a menos que tenham acumulado grandes reservas para a oportunidade — possam receber juros sobre as operações ativas inferiores aos que pagam a seus depositantes.

Uma intervenção oficial — no plano nacional ou, o que seria melhor, internacional — é necessária para encontrar uma saída realista para a crise. No após-guerra, os Estados Unidos, ao lançar o Plano Marshall, tiveram a nítida consciência de que a economia dos países recipientes das alocações a quase fundo perdido reagiria a ponto de permitir excelente retorno econômico; paralelamente, cabe registrar que os EUA tinham parceiros responsáveis que aceitaram uma disciplina quanto ao uso desses donativos. Estamos convencidos de que um novo Plano Marshall — de tipo muito diferente, porém — é indispensável. Ele também exige uma resposta responsável daqueles que iriam aproveitar-se dele. Neste sentido, justifica-se plenamente uma conferência internacional, cujo rascunho da ordem do dia poderia ser perfeitamente elaborado em conjunto pela França e pelo Brasil para mostrar que não se trata de uma proposta quixotesca...